



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

Ecoturismo como estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável: estudo de caso do Monumento Natural Municipal Capão da Amizade, Cristal-RS

Rogério Pires Santos¹ Ivanete Bueno Cardoso Santos²

¹Instituto Federal de Educação Sul-rio-grandense / Universidade de Caxias do Sul
(rogerio.santos@camaqua.ifsl.edu.br)

²Universidade Luterana do Brasil-ULBRA (ivanetebueno@gmail.com)

Resumo

O turismo, compreendendo o ecoturismo, é o setor da economia que mais tem demonstrado crescimento na atualidade. Esse crescimento tem sido corroborado pelos estudos e discussões à cerca da gestão e planejamento voltados para o desenvolvimento sustentável, potencializando a prática do ecoturismo em unidades de conservação. O presente trabalho traz uma breve revisão sobre o tema ecoturismo e destaca sua importância para o desenvolvimento sustentável, apresentando o estudo de caso de uma unidade de conservação de proteção integral no estado do RS. Apresenta um modelo de unidade de conservação na categoria Monumento Natural, constituído por fragmento de Mata Atlântica, com área de 1,1 ha. Sendo a menor Unidade de Conservação do Brasil em perímetro urbano, no entanto de grande relevância para a conservação da identidade, patrimônio natural e histórico-cultural da comunidade local. A criação do Monumento Natural Municipal Capão da Amizade proporcionou uma reflexão à cerca da possibilidade de instrumentos de conservação similares na região, favorecendo assim a efetivação real do conceito de desenvolvimento sustentável aliados ao ecoturismo em face do imenso potencial paisagístico a ser explorado na região do Vale do Rio Camaquã.

Palavras-chave: Sustentabilidade.Turismo.Biodiversidade.

Área Temática: Ecoturismo e turismo rural

Ecotourism as a strategy for the promotion of sustainable development: case study of Capão da Amizade Municipal Natural Monument, Cristal-RS

Abstract

Tourism, encompassing ecotourism, is the sector of the economy that has shown the most growth today. This growth has been corroborated by studies and discussions about management and planning aimed at sustainable development, enhancing the practice of ecotourism in conservation units. The present work presents a brief review on the ecotourism theme and highlights its importance for sustainable development, presenting the case study of a conservation unit of integral protection in the RS state. It presents a model of conservation unit in the category Natural Monument, constituted by fragment of Atlantic Forest, with an area of 1.1 ha. Being the smallest Conservation Unit of Brazil in urban perimeter, however of great relevance for the conservation of the identity, natural and historical-cultural patrimony of the local community, the creation of the Capão da Amizade Municipal



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

Natural Monument provides a reflection about the possibility of similar conservation instruments in the region, thus favoring the real realization of the concept of sustainable development allied to ecotourism in the face of the immense landscape potential to be explored in the Vale do Rio Camaquã region.

Key words: Sustainability.Tourism.Biodiversity.

Theme Area: Ecotourism and rural tourism

1 Introdução

O tema Unidades de Conservação e ecoturismo tem sido amplamente discutido e possui ampla bibliografia no Brasil. Em geral, os trabalhos publicados se referem a grandes porções do território nacional, como parques, estações ecológicas, reservas biológicas entre outras categorias (MAZZEI, COLESANTI & SANTOS, 2007). Essas áreas estão envoltas em diversos conflitos socioeconômicos e ambientais, sendo a maioria localizada em grandes áreas rurais. No entanto, nas áreas urbanas, o manejo de unidades de conservação possui características que ensejam a necessidade de programas voltados para a integração entre a área protegida e as áreas urbanizadas, pois estas quando não dispõem de um planejamento e efetivo controle, tornam-se alvo de diversos tipos de usos irregulares e clandestinos, de difícil controle por parte do poder público, resultando em impactos negativos à conservação da biodiversidade e patrimônio natural.

São raras as unidades de conservação de domínio municipal, constituídas por pequenas áreas em território urbano (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017). Apesar de uma unidade de conservação possuir pequena extensão, estar situada em perímetro urbano, sua importância à conservação da biodiversidade, e ainda de fatores históricos-sócio-culturais, é imensa, pois muitas vezes está relacionada a construção da identidade histórico-sociocultural da sociedade local.

Desta forma, o objetivo da existência de uma unidade de conservação não é exclusivamente o de uma área comum de lazer, devendo a visitação ocorrer de acordo com as diretrizes traçadas no plano de manejo da unidade. As unidades de conservação, assim como as áreas urbanizadas, correspondem a partes de um todo: a paisagem, e precisam ser integradas, conectadas, umas às outras, de acordo com suas peculiaridades.

Unidades de conservação possuem uma vocação natural para o turismo, em especial o ecoturismo, fator de promoção de desenvolvimento para a sociedade, em especial para a economia local.

Neste sentido, a Organização Mundial do Turismo defendeu no início da década de 1990, o turismo como a atividade econômica mais importante e promissora depois da indústria petrolífera e da indústria bélica (SERSON, 1992). Acrescente-se ainda que a demanda crescente dos turistas por viagens que proporcionem o contato direto com a natureza, coloca todas as regiões do Brasil em posição privilegiada como destinadas para a demanda do turismo ecológico e de aventura (FERRÃO, 1992).

O Ministério do Turismo, órgão oficial da atividade no Brasil, consolidou o termo turismo ecológico, ou ecoturismo com a publicação no ano de 2008 das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo:



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p.16).

Entre diversas interpretações e definições para Ecoturismo, a conceituação estabelecida continua sendo referência no Brasil (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Desta forma, o objetivo do presente produto é avaliar por meio de estudo de caso a possibilidade de criação de unidades de conservação da natureza em ambientes urbanos, como estratégia de conservação da biodiversidade, preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, ensejando a consolidação do termo sustentabilidade ambiental, associado à promoção do ecoturismo, tendo como referência a criação do Monumento Natural Municipal Capão da Amizade, no Município de Cristal, RS.

2 Unidades de Conservação

Unidade de conservação, de acordo com a Lei Federal 9.985/2000 é uma parte do território nacional sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção de seus recursos ambientais. A unidade de conservação é gerida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. O SNUC é vinculado ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Pela Lei Federal 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as unidades de conservação podem ser privadas ou públicas, federais estaduais ou municipais. Elas se distribuem em reservas biológicas, estações ecológicas, parques, monumentos naturais, áreas de proteção ambiental, florestas públicas, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particular do patrimônio natural.

Segundo a mesma lei, as unidades de conservação cumprem funções ecológicas científicas, econômicas, sociais e políticas e devem adotar obrigatoriamente sistema de manejo. Suas principais funções são conservar a biodiversidade; proteger espécies raras ou em perigo de extinção; paisagens e belezas naturais; bacias e recursos hídricos; além de zelar pelo manejo de recursos de flora e fauna; monitoramento ambiental e uso sustentável de recursos naturais.

A criação deve ser precedida de estudos técnicos e consultas públicas, com critérios para determinar a extensão da área e seus limites e as especificidades referentes a cada tipo de unidade.

Para contemplar os diferentes objetivos, as unidades de conservação foram divididas em dois grupos específicos, segundo a Lei Federal 9.985/2000:

- a) Unidades de proteção integral, que são as áreas cujo objetivo básico é a preservação ambiental, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais;
- b) Unidades de uso ou manejo sustentável são aquelas áreas cujo objetivo básico é promover e assegurar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

A categoria de unidade de conservação Monumento Natural, objeto do presente estudo de caso é considerada de proteção integral.

2.1 Ecoturismo e desenvolvimento sustentável

O turismo pode ser conceituado como uma atividade econômica, a qual obteve impulso a partir do século XVIII em decorrência do desenvolvimento proporcionado pela Revolução Industrial e decorrente do aumento populacional, associado às melhorias nas condições de vida da população (MIKHAILOVA & MULBEIER, 2008).

Neste sentido, discute-se o que diferencia ecoturismo do turismo convencional. O primeiro é considerado uma atividade responsável, que cumpre princípios básicos de turismo compatível com a sustentabilidade dos sistemas ecológicos.

Desta forma, Dias (2003, p. 107) define ecoturismo como uma viagem responsável que conserva o ambiente natural e mantém o bem estar da população local.

Assim, o ecoturismo necessita ser sustentável, definindo-se sustentabilidade como capaz de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

O surgimento desta prática está relacionado às mudanças de paradigma em âmbito mundial, calcada no conceito de desenvolvimento sustentável (FONTOURA & SILVEIRA, 2008).

3 Materiais e Métodos

Para a criação da unidade de conservação e elaboração do plano de manejo correspondente foram efetuadas a caracterização do local, com a descrição das características bióticas, socioeconômicas e físicas da região, a partir de revisão de literatura especializada, análise de documentos cartográficos, documentos históricos, consulta ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entrevistas com moradores locais e levantamento da flora e fauna no local de estabelecimento da unidade de conservação. Para o levantamento da flora foi efetuada a amostragem de toda a área da unidade, sendo identificadas as espécies arbóreas em um inventário florístico, com a geração dos índices de diversidade e equitatividade, a partir dos índices de diversidade de Shanon (H') e equitatividade de Pielou (J').

Espécies arbóreas foram listadas por amostragem ($DAP > 0,10\text{ m.}$) em toda extensão da unidade (1,1 ha), em agosto de 2009, sendo as espécies exóticas inclusas. O levantamento da fauna foi efetuado a partir de observação direta e relato de moradores locais, dado a pequena área a ser amostrada.

4 Resultados e Discussão

O município de Cristal, RS, localiza-se às margens do rio Camaquã, à jusante, tendo a BR 116 como acesso e divisor do perímetro urbano, situado entre as coordenadas $31^{\circ}01'01''\text{ S}$ e $51^{\circ}56'42''\text{ W}$.

O relevo plano proporciona o desenvolvimento da agricultura e pecuária extensivas, com florestas restritas às áreas inundáveis, principalmente entre setembro a outubro.

O município está inserido no bioma mata atlântica, com legislação específica quanto às práticas de manejo e conservação.



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

A denominação da unidade de conservação como Capão da Amizade seguiu a identificação ancestral, devido às características do local, quando a comunidade anteriormente à emancipação, reunia-se em confraternização, eventos religiosos e festas populares. O local é conhecido pela toponímia até os dias atuais, o que favorece a manutenção da identificação e reforça a ligação histórico-sociocultural da comunidade com o local.

A população do município e de 6.690 habitantes (IBGE, 2017), estando o Monumento Natural Municipal Capão da Amizade localizado no perímetro urbano, na região central do município. Existe a circulação de pessoas e animais domésticos na área, além dos problemas causados pela urbanização e uso desordenado do local. A população residente ao entorno é tipicamente habitacional, havendo a ausência de indústrias e comércios de grande porte no entorno da unidade de conservação.

Até a criação da unidade de conservação, a área era utilizada como espaço de lazer e confraternização estando o costume arraigado pelo longo tempo desta prática em parte da população, sendo necessário campanha de educação ambiental e conscientização da comunidade sobre o uso e manejo correto do ambiente.

Problemas associados com a depredação e atos de vandalismo, como pichação de afloramentos rochosos, corte de árvores e destruição do estrato regenerativo são comuns em espaços urbanos, ensejando maior controle e fiscalização.

A retirada de espécies e solo orgânico do ambiente também tem sido registrada ao longo do tempo, fato associado à introdução de espécies vegetais exóticas no ambiente.

A flora na Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Capão da Amizade é a predominante em remanescentes de mata atlântica na região sul, de menor diversidade ecológica. Predominam as espécies *Campomanesia rhombea* O. Berg., *Casearia sylvestris* SW., *Luehea divaricata* Mart..

As espécies amostradas pertencem a 14 famílias, em um total de 27 espécies nativas e 3 exóticas, com um índice de diversidade de Shanon (H') de 1,2347 e equitatividade de Pielou (J') de 0,8443 incluindo as espécies exóticas (Tabela 01). De Marchi & Jarenkow (2008), encontraram índices de diversidade e de equitatividade de 2,142 e 0,683 nats.ind.⁻¹, respectivamente em remanescentes de mata ripária às margens do rio Camaquã, no município de Cristal, RS. Apesar da menor diversidade, na unidade de conservação, mantém-se a importância da mesma, devido a proximidade com o rio Camaquã, estabelecendo-se um refúgio para avifauna, considerando-se a expansão urbana às margens do rio.



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

Tabela 01- Espécies arbóreas listadas por amostragem (DAP > 0,10 m.) Capão da Amizade (1,1 ha), município de Cristal, RS. Agosto de 2009. Exóticas inclusas

Família	Espécie	Nome Comum	N	FA	FR	DA	DR
ANACARDIACEAE	<i>Lithrea Brasiliensis</i> March.	Aroeira-brava	1	0,78	0,8	0,91	0,8
ARECACEAE (PALMAE)	<i>Schinus Terebinthifolius</i> Raddi.	Aroeira-vermelha	3	2,33	1,03	2,73	1,03
	<i>Butia capitata</i> Mart.	Butiazeiro	1	0,78	0,8	0,91	0,8
	<i>Syagrus romanzoffiana</i> Glassman.	Gerivá	3	2,33	2,39	2,73	2,39
BIGNONIACEAE	<i>Tabebuia chrysotricha</i> Mart. Ex DC.	Ipê-amarelo	2	1,55	1,59	1,82	1,59
BORAGINACEAE	<i>Cordia ecalyculata</i> Vell.	Louro-mole	2	1,55	1,59	1,82	1,59
ERYTHRXYLACEAE	<i>Erythroxylum argentinum</i> O.E.Schulz.	Cocão	2	1,55	1,59	1,82	1,59
FABACEAE (LEGUMINOSAE)	<i>Schizolobium parahyba</i> Vell.	Guapuruvu	1	0,78	0,8	0,91	0,8
FLACOURTIACEAE	<i>Banara parviflora</i> Benth.	Banara	4	3,1	3,19	3,64	3,19
	<i>Casearia sylvestris</i> SW.	Chá-de-bugre	15	11,63	11,95	13,65	11,95
LAURACEAE	<i>Alouea saligna</i> Meins.	Canela-sebo	3	2,33	2,39	2,73	2,39
	<i>Persea americana</i> Mill.	Abacateiro	1	0,78	0,8	0,91	0,8
	<i>Ocotea catharinensis</i> Mez.	Canela-preta	1	0,78	0,8	0,91	0,8
MELIACEAE	<i>Trichilia clussenii</i> C.DC.	Catiguá	7	5,43	5,81	6,37	5,81
MORACEAE	<i>Ficus</i> sp. Miq.	Figueira	2	2,33	2,39	1,92	2,39
	<i>Ficus</i> sp. Miq.	Figueira	1	0,78	0,8	0,91	0,8
MYRSINACEAE	<i>Myrsine</i> sp. Mart. Ex DC.	Caporocra	2	1,55	1,59	1,92	1,59
	<i>Campomanesia rhombaea</i> O. Berg.	Murta	19	14,73	15,14	17,29	15,14
	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> O. Berg.	Guabiroba	2	1,55	1,59	1,92	1,59
	<i>Eugenia multicostata</i> D. Legrand.	Araçá-pitanga	2	1,55	1,59	1,92	1,59
MYRTACEAE	<i>Eugenia rostrifolia</i> D.Legrand.	Batinga	7	5,43	5,81	6,37	5,81
	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira	2	1,55	1,59	1,92	1,59
	<i>Gomidesia palustris</i> Kaus.	Guamirim	3	2,33	2,39	2,73	2,39
	<i>Psidium guayava</i>	Goiabeira	3	2,33	2,39	2,73	2,39
	<i>Syzygium cumini</i> (L) Keels.	Jambolão	4	3,1	3,19	3,64	3,19
	<i>Myrsianthes gigantea</i> Lerg.	Araçá-do-mato	2	1,55	1,59	1,92	1,59
	<i>Citrus</i> sp.	Limoeiro	1	0,78	0,8	0,91	0,8
RUTACEAE	<i>Zanthoxylum fagara</i> L.	Mamica-de-cadela	5	3,88	3,99	4,55	3,99
TILIACEAE	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Açoita-cavalo	24	18,6	19,12	21,84	19,12
TOTAL			129	97,74	100	114,35	100

N: número de indivíduos amostrados; FA: frequência absoluta; FR: frequência relativa; DA: densidade absoluta; DR: densidade relativa.

Ressalta-se a importância da conservação de espécies de figueiras nativas do gênero *ficus*, as quais são protegidas por Lei Estadual (RS), consideradas imunes ao corte (Lei Estadual nº 9.519/1992). Além, há o registro de palmeiras (*Syagrus romanzoffiana*) de grande importância ecológica e ameaçado de extinção, assim como a Coronilha (*Scutia buxifolia*).

Na Figura 01 é possível visualizar o aspecto interno da Unidade de Conservação Monumento Natural Municipal Capão da Amizade.

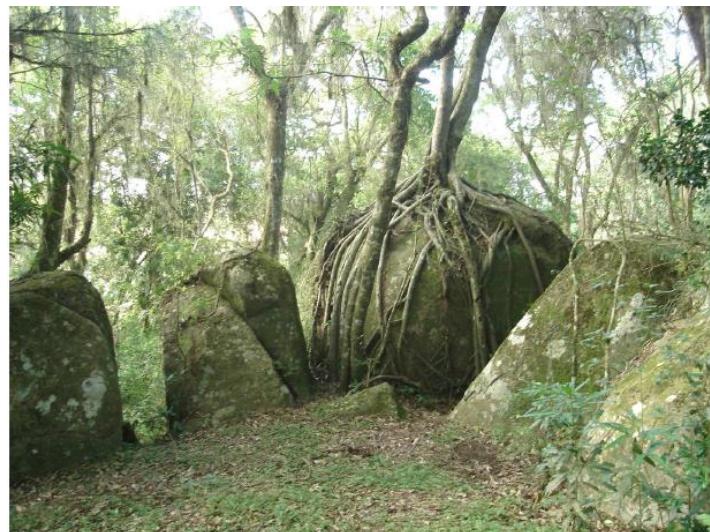


AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

Figura 01-Vista da área interna do Monumento Natural Municipal Capão da Amizade, Cristal, RS



Fonte: Autor

Devido à área ser degradada por ações antrópicas, a diversidade de fauna é muito baixa, tendo sido descrita pela comunidade a presença de alguns animais, sem possibilidade de identificação taxionômica, entre eles: cobras, lagartos, raposas e aranhas. No entanto devido à proximidade com a mata ciliar do rio Camaquã (500 metros), o local tende a tornar-se um refúgio para a vida silvestre, principalmente avifauna.

O levantamento da fauna resultou na caracterização de poucas espécies presentes, devido à pequena extensão da unidade de conservação, estando situada em perímetro urbano, o que dificulta a migração de espécies, sendo registrados a) Mamíferos: *Didelphis sp.*; b) Aves: *Crotophaga ani*, *Piaya cayana*, *Poroaria coronata*, *Funarius rufus*, *Athene sp.*, *Turdus rufiventris*; c) Aracnídeos: *Mygalomorphae*, *Lycosa sp*, *Phoneutria sp*, *Tityus sp..*

De acordo com a Lei Municipal nº 1.141/2009, o órgão gestor e encarregado da elaboração do presente Plano de Manejo é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SMDRMA.

O planejamento básico engloba a infraestrutura mínima para visitação e atividades de educação ambiental e a elaboração de diretrizes de conservação, uso e sustentabilidade da unidade de conservação.

A unidade de conservação descrita é a menor unidade do Brasil, sendo o primeiro Monumento Natural Municipal, registrado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente.

Considerações Finais

A criação da unidade trouxe grande expectativa na comunidade local, levando a audiências públicas e mobilizações na comunidade local, por meio de grupos contrários e a favor da criação, provocando embates acalorados, sendo aprovada pelo Legislativo local em 2009, e após cadastrada em nível nacional no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, proporcionando a manutenção de um espaço de lazer, educação ambiental, convivência, preservação da memória e identidade local, dentro do conceito pleno de sustentabilidade ambiental favorecendo o ecoturismo no município. Embora em uma área mínima, mas de grande beleza cênica, com problemas a serem resolvidos quanto a conservação do local, tornou-se um



AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL
DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

marco para a região e um embrião para futuros projetos de desenvolvimento eco turístico, dado o grande potencial, embora ainda não explorado da região do Vale do Rio Camaquã.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília: MMA/SBF, 2000.

BRUNDTLAN, Comissão. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987.

DE MARCHI, T.C.; JARENKOW, J.A. Estrutura do componente arbóreo de mata ribeirinha no rio Camaquã, município de Cristal, Rio Grande do Sul, Brasil. **IHERINGIA**, Sér. Bot., Porto Alegre. V.63, n. 2 p. 241-248, jul./dez.2008

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

FERRÃO, C. **Guia Brasil de turismo ecológico**. Rio de Janeiro: Libres, 1992. 189 p.

FONTOURA, L.M; SILVEIRA, M.A.T. Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. **Anais...** Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Dados sobre Municípios: Cristal. Disponível em: www.ibge.gov.br/municipios. Acesso em: 11 abr. 2017.

MAZZEI, K; MUNO, M.T; COLESANTI, D. G.S. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 19 (1): 33-43, jun. 2007.

MIKHAILOVA, I., MULBEIER J. Ecoturismo em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas – RS. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, n.3,2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs> > Acesso em: 11 abr.2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAL. **Lei nº 1.141** de 11 de novembro de 2009. Cria o Monumento Natural Municipal Capão da Amizade e da outras providencias. Gabinete do Prefeito, 2009.

SERSON, J. Ecoturismo e desenvolvimento sustentado. **Turismo em análise**, São Paulo, 3 (1):37-41, 1992.